

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO - IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO 110/2019
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2019

ESPECIFICAÇÕES DO SISTEMA DE ACESSIBILIDADE

1. OBJETIVO

1.1 O objetivo deste anexo é estabelecer os requisitos mínimos de acessibilidade nos veículos de transporte coletivo municipal, a fim de priorizar e dar o atendimento adequado às pessoas com deficiência física, os idosos, as gestantes, as pessoas acompanhadas de crianças de colo e com mobilidade reduzida como um todo.

1.2 A empresa concessionária deverá possuir 20% dos lugares dos ônibus com todos os itens descritos neste anexo, para que os veículos sejam totalmente acessíveis para as pessoas portadoras de qualquer deficiência.

2. LEGISLAÇÕES

2.1 As legislações que regulam os preceitos de acessibilidade encontram-se previstas atualmente em um conjunto de dispositivos federais:

a) Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2.000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

b) Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2.000, a qual estabelece a prioridade de atendimento as pessoas com deficiência, aos idosos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos;

c) Decreto nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de Novembro de 2.000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2.000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

d) Normas Técnicas a serem fixadas pelo INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, nos parâmetros do Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2.004.

3. ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO

3.1 A acessibilidade nos serviços do transporte coletivo refere-se às condições de utilização dos veículos, do terminal, dos dispositivos e equipamentos dos sistemas de transporte, ou seja, de qualquer parte do sistema, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

4. RESPONSABILIDADES

4.1 Cabe à empresa Concessionária, à Prefeitura Municipal de Gaspar, à Secretaria Municipal de Administração e Gestão, cada qual segundo suas competências, garantir a implantação das providências necessárias na operação no terminal, nas estações, nos pontos de parada e nas vias de acesso e veículos de forma a assegurar as condições de acessibilidade previstas na legislação.

4.2 Cabe à empresa Concessionária, sob a coordenação da licitante, assegurar a qualificação dos profissionais que trabalham nesses serviços, mediante a realização de cursos a serem ministrados de acordo com a proposta de

metodologia de execução apresentada, para que prestem atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

4.3 A concessionária deverá disponibilizar veículos diariamente, devidamente limpos e em perfeito estado de conservação/manutenção com equipe treinada para operá-lo e atender o público a que se destina

4.4 Cabe ao usuário que necessita do Programa de Acessibilidade, realizar cadastro juntamente com a Prefeitura para que os horários que ela necessite se transladar seja efetuado com a frota acessível.

5. ADEQUAÇÃO DA FROTA

5.1 A adequação da Frota de veículos deverá ser gradual, até que cem por cento da frota sejam acessível observado o disposto no Decreto Federal nº 5296/04, nos termos a seguir:

a) Veículo com piso baixo/entrada baixa e sem balaústre no centro de uma das portas que impeça o acesso de cadeirantes;

b) Piso antiderrapante (toraflex ou similar);

c) Elevador para cadeira de rodas;

d) Balaústres com revestimentos em cores chamativas e sem cantos vivos;

e) Letreiro luminoso digital, cor amarelo-âmbar ou branco, letra de 15cm no mínimo conforme regras da ABNT e NBR 15570.

5.2A frota mínima com piso baixo deve começar com 20% da totalidade dos veículos que entrarem na nova concessão, na medida que novos ônibus forem sendo adquiridos, deverão contemplar essa característica para atender de forma integral o município com ônibus acessíveis em um prazo máximo de 10 anos.